

algumas observações sôbre o conceito de inconsciente em psicanálise

Queria expôr em poucas palavras e tão inteligivelmente quanto possível o que representa em psicanálise — e só em psicanálise — o termo de inconsciente.

Uma representação — ou qualquer outro elemento psíquico — pode num dado momento estar *presente* na minha consciência para *desaparecer* no instante seguinte. Pode, ao fim dum certo tempo, ressurgir tal qual, vir à tona, como se diz, sem ser evocada por qualquer nova percepção sensorial. Para nós explicarmos um tal facto, somos obrigados a admitir que a representação em questão ficou no nosso espírito durante todo o tempo intermediário, ficando latente na consciência. No entanto, sob que forma é que ela persiste no espírito enquanto presente na vida psíquica e latente na consciência? Eis o que nós ignoramos.

Esperamos que nos oponham aqui uma objecção de ordem filosófica. A representação latente, dir-se-á, não pode ter sido presente enquanto objecto da psicologia, mas somente enquanto disposição física para o mesmo fenómeno psíquico (nêste caso: o regresso da representação). Estamos no direito de replicar que uma tal teoria ultrapassa muito o domínio da psicologia propriamente dita, que não faz senão iludir o problema situando-se num ponto de vista segundo o qual «consciente» e «psíquico» seriam conceitos idênticos, e que erra evidentemente em negar à psicologia o direito de estudar, por meio dos seus métodos próprios, um dos seus fenómenos mais banais: a memória.

Portanto, qualificamos de «consciente» tãda a representação presente na nossa consciência e percebida por nós, e será êsse o único sentido da palavra «consciente». Pelo contrário, chamaremos «inconsciente» as representações latentes que estamos no direito de crer contidas na vida psíquica,

como sucede para os fenómenos mnésicos.

Assim, e representação inconsciente é a que nos passa despercebida, mas que por certos índices e por certas provas reiteradas nos levam a admitir a sua existência.

Se não encararmos senão os factos da memória ou da associação através dos elos inconscientes, poderia isto ser considerado um fastidioso trabalho de descrição e classificação. Mas a experiência tão conhecida da «sugestão post-hipnótica» ensina-nos a dar sempre importância à distinção entre *consciente* e *inconsciente*.

Nesta experiência, tal como Bernheim a praticava, uma pessoa é posta em estado de hipnose e depois acordada. Enquanto se encontrava no estado de hipnose, sob a influência do médico, tinha-lhe sido ordenado que cumprisse um determinado acto, a uma certa hora bem precisada, meia hora mais tarde, por exemplo. Ao acordar, esta pessoa aparenta ter readquirido a sua consciência plena e o seu espírito habitual; do estado hipnótico não guarda a menor recordação. Pois bem; apesar disso, no instante precedentemente indicado, o impulso a cumprir o acto prescrito impõe-se ao espírito, e o indivíduo realiza-o conscientemente, mas sem saber porquê. Pode explicar-se êste fenómeno doutro modo que não seja dizendo que a intenção de cumprir o acto tinha ficado no espírito do indivíduo sob *uma forma latente ou inconsciente*, até ao momento prescrito em que se tornou consciente? Mas êle não surgiu na consciência em tãda a sua totalidade: só aí se apresentou a representação do acto a realizar. Todas as outras idéas associadas a esta representação — a ordem recebida, a influência do médico, a recordação do estado hipnótico — ficaram ainda inconscientes.

Semelhantes experiências ensinam-nos